



2025

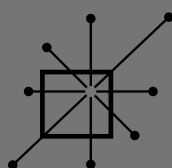
V.18

História da Historiografia

International Journal of Theory
and History of Historiography



ISSN 1983-9928



Sociedade Brasileira
de Teoria e História da
Historiografia



UNIRIO



UFOP



Dossiê

D

Teoria da história após o giro linguístico





Teoria da história após o giro linguístico

Theory of History after the Linguistic Turn

Gilda Bevilacqua

gildasbevilacqua@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0003-2117-5152> 

Universidad de Buenos Aires, Facultad de Filosofía y Letras, Buenos Aires, AR, Argentina. Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET).

Fernando Gomes Garcia

eroestrato@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-0211-8999> 

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, IFCH, Porto Alegre, BR, Brasil.

Sabrina Costa Braga

sabrinacostabraga94@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0001-9164-7560> 

Universidade Estadual de Campinas, IEL, Campinas, BR, Brasil.



Resumo

O giro linguístico em história surgiu por volta de 1960, primeiro questionando o valor científico das afirmações declarativas na disciplina e, posteriormente, defendendo o caráter estético, ético e epistemológico-cognitivo da narração na representação histórica. Depois de décadas de discussões acaloradas, o giro-linguístico passou de tema renegado ao *mainstream*, para, em tempos mais recentes, disputar lugar com outras perspectivas teóricas. Neste texto de apresentação ao dossiê, pretendemos questionar o “após” giro linguístico: seus temas relevantes se esgotaram como se seu programa estivesse cumprido? Ou suas perguntas e propostas possuem vitalidade suficiente para impulsioná-lo? Que aportes ainda pode receber a história desta linha de pensamento? Dentro das contribuições recebidas, diversas foram as respostas a estas questões, algumas convergentes, outras não. Ao longo do texto, pretendemos apresentá-las de acordo com a forma que cada artigo respondeu aos questionamentos iniciais.

Palavras-chave

Teoria da história, giro linguístico, narrativismo.

Abstract

The linguistic turn in history emerged around 1960, first questioning the scientific value of declarative statements in the discipline and later defending the aesthetic, ethical, and epistemological-cognitive character of narration in historical representation. After decades of heated debate, the linguistic turn went from being a rejected topic to the mainstream, and more recently, to competing with other theoretical perspectives. In this introductory text to the dossier, we intend to question the “after” of the linguistic turn: have its relevant themes been exhausted, as if its program had been fulfilled? Or do its questions and proposals have enough vitality to propel it forward? What contributions can the history of this line of thought still receive? Among the contributions received, there were several answers to these questions, some convergent, others not. Throughout the text, we intend to present them according to how each article responded to the initial questions.

Keywords

Theory of history, linguistic turn, narrativism.



Introdução

É com emoção que apresentamos ao público este dossiê, partido de angústias iniciais compartilhadas pelos proponentes e que vimos abraçadas por um grande número de respostas - muitas delas de autores e autoras referência na temática do giro linguístico em história. É mister agradecer-las, assim como à Revista que acolheu nossa proposta, aos pareceristas que se dedicaram a melhorar os textos recebidos através de sugestões e a todos que se engajaram para que este número viesse à lume. Cada um dos proponentes deste dossiê, cada um de forma mais afetiva e intelectualmente ativa do que o outro, ao longo de sua trajetória, foi tocado pelo giro linguístico e com ele teve de se relacionar durante fases de sua pesquisa, de forma que, inicialmente, na chamada para os artigos, nos perguntamos - o que foi feito do giro linguístico? Uma vez dominante nas ciências humanas, padecia como se fosse uma moda, um mero marco do tempo, sem trazer grandes novidades? Referência uma vez obrigatória nas pesquisas em Humanidades fadada ao eclipsamento, com seus autores da moda saindo do cânone e dispersando-se como referências ultrapassadas? Ter-se-iam esgotados os temas pertinentes ao giro linguístico, como se o seu programa tivesse sido cumprido? Ou ainda, suas questões, seus autores, os pesquisadores que se dedicam ao tema possuíam vitalidade suficiente para levar o tema adiante? Esse foi o principal questionamento que visou aglutinar textos ao dossiê - um memorial, sem ser necrológico do giro linguístico no campo da teoria da história; uma recapitulação de seus problemas; uma continuidade de seu programa: estamos em um "pós" do giro linguístico?

É preciso dizer, antes, o que entendemos por giro linguístico no dito campo, posto que como um movimento intelectual-epistemológico, ele foi mais amplo, sendo vindouro, inclusive, das ciências duras. Segundo Frank Ankersmit (2012, p. 2), quando Richard Rorty escreveu seu famoso *The Linguistic turn. Recent Essays in Philosophical method* (1967), ele tinha em mente a revolução causada na filosofia pelos escritos de Willard Van Orman Quine, que implodiram o empiricismo. A verdade da teoria não encontraria sua respectiva correspondência nos fatos empíricos - isto é uma ilusão. O que abriu espaço para a ciência ser vista como um problema, mormente, de linguagem.

Em história, o giro linguístico não justificou o temor de muitos historiadores profissionais, justamente porque grande parte perdeu a essência do giro linguístico. Não se tratava de ataques gratuitos à ciência histórica, proclamando que tudo era literatura, que toda narrativa é igualmente válida e, muito menos, de uma tendência "pós-modernista" que faz água de tudo o que veio antes. Na filosofia da história, o giro linguístico surgiu, na década de 1970, como um movimento que deu lugar ao que Ankersmit chamou de "a nova filosofia da história": "um movimento que envolve um forte questionamento dos pressupostos da historiografia 'acadêmica'" (TOZZI, 2009, p. 25 - tradução nossa).



Deixamos para os leitores a compreensão de se os autores ora publicados compartilham uma noção de giro linguístico como um programa pleno ou se cada qual possui uma perspectiva diferente do que consistiu este fenômeno teórico. No entanto, é com felicidade que diagnosticamos que a totalidade dos artigos recebidos neste dossiê consideram-no como um problema legítimo para a historiografia e respondem aos questionamentos da proposta deste dossiê. Isso poupa-nos de fazer uma apresentação mais alongada do que foi a “virada” ou de entrar em escaramuças para defender o projeto frente a ataques mais ou menos desproporcionados. Não obstante, queremos destacar brevemente, tomando a Tozzi Thompson (2021), quem foram seus precursores e o desenvolvimento de suas ideias. Tratando de diferenciar as ciências nomológicas das ideográficas, surgiu o giro linguístico em história -posteriormente chamado de “narrativismo” por William Dray. Em que consistem, portanto, as ideias do narrativismo?

Carl Hempel (1942) propunha que existissem “covering law” para as ciências, o que garantiria a cientificidade da história. Um evento deveria ser dedutível de outro - mas as ciências históricas não funcionavam dessa maneira. Filósofos analíticos de tradição anglo-saxã responderam ao positivismo lógico tentando desvendar como a ciência histórica poderia ser realmente científica, sem que os eventos por ela analisados se encaixassem numa lógica de dedução. O reconhecimento de protocolos básicos e assentamento de fatos, como “Napoleão nasceu em 15 de agosto de 1769” eram, de fato, viáveis. E assim uma sucessão de afirmações feitas por historiadores e historiadoras eram comprováveis empiricamente. Porém, a história não se trata de um conjunto caótico de tais afirmações, mas de uma narrativa que as encadeia, de maneira que o elemento propriamente narrativo e o factual são indistinguíveis. Há, outrossim, uma “configuração narrativa” no ato historiador, cujos primeiros autores a falarem sobre foram Arthur Danto, Walter Bryce Gallie e Louis Mink (TOZZI THOMPSON, 2021, p. 114). Dray, que cunhou o termo narrativismo para o giro linguístico em história, afirma que ela é essencialmente narrativa e que, através dela, os historiadores chegam a algum modo de conhecimento (DRAY, 1971).

Com Mink e Danto, a narrativa da história deixa de ser um problema, uma questão de relativismo, para se tornar solução. A própria inexistência de uma “história universal” ou de um “cronista ideal”, ou seja, de um passado com o qual se confrontariam as diversas narrativas que se faça dele, a história estaria assegurada de seu lugar como empreendimento científico. Nos termos de Paul Ricoeur,¹ fazendo a síntese do heterogêneo, ou seja, reunindo o caos da vida numa história com início-meio-fim, que possui um ponto final (KERMODE, 2000) e relaciona passado e futuro (“sentenças narrativas”) (DANTO, 1985), a história, como narração, far-se-ia compreender.

No campo da teoria da história, a noção de giro linguístico está amplamente difundida

¹ “É essa síntese do heterogêneo que aproxima a narrativa da metáfora” (RICOEUR, 2010, p. 2).



e acompanhada de uma pluralidade de pressupostos subjacentes. Os debates se centraram principalmente na obra de Hayden White, cujas contribuições se caracterizaram frequentemente como relativistas ou pós-modernas, mas quem, em etapas mais maduras do debate, chegou a ser reconhecido como um autor profundamente comprometido com as dimensões éticas e epistemológicas da escritura histórica, para além de suas qualidades estético-formais como “artefato literário”. Se pode dizer que desde *Meta-história: A Imaginação Histórica do Século XIX* (2008) até *The Practical Past* (2014), a obra do historiador estadunidense moldou profundamente sucessivas gerações no âmbito da teoria da história. Assim, com o giro linguístico na teoria da história entra em seu ápice - não à toa o autor mais citado, em quase todos os ensaios reunidos neste dossiê, bem como o mais criticado pelos avessos ao narrativismo. Para White, o constructo historiográfico é uma junção de elementos ideológicos e estéticos assim como epistemológicos. Seus críticos insistem em não reconhecer a dimensão da pesquisa histórica e dos fatos em sua *Meta-História* (2008), mas desapareceram sem brilho enquanto a controversa obra de White entrou no cânone da teoria da história. A história se assemelharia à ficção por ser construída por artefatos verbais - uma tal como a outra. É justamente a inspiração num tipo de ficção, a narrativa realista do século XIX, que enseja o realismo em história. Porém, por mais imponente e significativo que seja o narrativismo de White, ele não foi forjado para ser ameno aos historiadores. Antes de tudo, é uma crítica. Uma crítica à falta de imaginação dos historiadores atuais, ao conservadorismo da guilda, e contra a negação da historiografia ao seu “outro” - a literatura. Para White, o ato de profissionalização da história, no qual ela se separa da velha retórica, deixa os historiadores paralisados diante da possibilidade de fazer qualquer intervenção no presente. Do *fardo da história* (WHITE, 1985) até seu *passado prático* (WHITE, 2014), o programa de White é, ao contrário de afirmar que a história é ficção e, portanto, mentirosa, é reconhecer como cada tipo de narrativa, dentre infinitos tipos de forma que a história pode tomar, conforma um tipo de história diferente - que pode ser desde opressor a libertador². White surgiu para causar problemas aos historiadores, não à toa foi relegado a segundo plano pela guilda e passou a publicar sua vasta produção em periódicos voltados a outros temas³.

2 “Mientras el escritor de ficciones puede ‘inventar’ eventos para conformarse a las exigencias del relatar, el escritor de historia no goza de esa libertad inventiva. Como los eventos de un relato histórico son dados a través de la investigación en el registro histórico, la libertad inventiva de los escritores de una historia narrativa consiste en las elecciones que pueden hacerse entre las tramas-tipo culturalmente disponibles con los cuales se dota a los eventos así provistos con diferentes tipos de significados figurativos. De hecho, los historiadores pueden contar muy diferentes clases de historias acerca de la misma serie de eventos reales sin violar en ningún caso los criterios de veracidad en el nivel de la representación de los hechos de la cuestión” (WHITE, 2010, pp. 88-89).

3 Hayden White, falando sobre *Meta-história*: “Quando o livro saiu, ele perturbou alguns leitores, sobretudo historiadores que pensaram que eu estava sugerindo que o passado não existiu (se existiu, onde encontrá-lo?) e que eu havia tentado arruinar a distinção entre verdade e ficção. Mas, através dos anos e de uma maneira geral, eu sou afortunado com os leitores que tive” (WHITE, 2017, p. 11).



Contudo, White e os outros narrativistas estavam corretos em seus diagnósticos e burlaram as polícias de fronteiras epistêmicas (segundo as quais os profissionais do campo definem o que é e o que não é epistemicamente válido, por mecanismos de exclusão e inclusão de autores e de temas). Hoje, em geral, reconhece-se os frutos da agenda narrativista na historiografia, que influenciou diversos autores e áreas. Mas, ao mesmo tempo que se reconhece suas dádivas, os debates sobre o narrativismo parecem ter esmaecido. De seu início nos anos 1960 ao seu auge nos anos 1990-2000, outras agendas de pesquisa parecem ter tomado o seu lugar - ou seguido seus passos já esgotados? Isto nos leva de novo a algumas das perguntas apresentadas em nossa chamada de artigos, relativas tanto à centralidade de Hayden White nestes debates como a relevância e a vitalidade atuais das discussões sobre o giro linguístico. Há chegado o fim às obras de quem se identifica como narrativista? Essa tradição de pensamento na teoria da história parece ter diminuído. O que ocorre, então, com o giro linguístico na atualidade? As preocupações de hoje, no campo da teoria da história, giram em torno do antropoceno, do digital, dos negacionismos, entre outros temas. Mesmo as pesquisas sobre a fenomenologia e a hermenêutica, que tiveram diálogos frutíferos com o narrativismo, diminuíram. Os eventos e as publicações que o tomam como tema têm minguado cada vez mais. Teria o giro linguístico em história ainda algo a acrescentar ao debate? Suas forças foram consumidas pelas contribuições datadas no tempo? A questão da representação do passado foi, por acaso, solucionada? A aderência da linguagem ao mundo é um problema resolvido? Cremos que não. E os textos aqui apresentados mostram essa força do narrativismo. Mas como cada um responde ao chamado do dossiê?

O conteúdo da forma (do nosso dossiê)

À luz da multiplicidade temática dos textos que recebemos, decidimos abordá-los focando nas respostas e/ou ligações que podem ser encontradas neles em relação às questões, preocupações e perguntas que formulamos na convocatória. Nesse sentido, foi possível identificar três grandes eixos inter-relacionados que articulam/estruturam o conteúdo-forma do conjunto do dossiê.

O primeiro a ser considerado, e que não pode passar despercebido, gira em torno do título, que pode ser dividido nos seguintes itens: a) o que se entende por "giro linguístico" em cada artigo?; e b) o que se entende por "após" esse giro? Às possíveis respostas à primeira pergunta, optamos por deixar a cargo de cada leitor/a, como um desafio interpretativo, para que, depois de respondê-las, possam se posicionar sobre o que desenvolveremos a seguir. Assim, as respostas à segunda pergunta são nossas, pois delas derivam tanto os outros dois grandes eixos quanto as principais conclusões a que chegamos, após realizar uma leitura dialógica entre os artigos. Dessa forma, encontramos neles



dois sentidos, principalmente, além de suas intenções, explícitas ou implícitas: 1) o “após” como “superação” dessa virada (que, em alguns casos, renega ou desconhece as contribuições daquela), e o início de uma “nova etapa” na teoria da história com o surgimento de “novas viradas”, como, por exemplo, o “experencial”, “material”, “temporal”; e 2) o “após” como “dobradilha” entre o tempo anterior e o posterior ao surgimento dessa virada e, graças a ela, o início de uma etapa na teoria da história na qual ainda estaríamos, de diversas maneiras, imersos.

O segundo eixo deriva das respostas aos dois itens do eixo anterior que, por sua vez, delimitam diagnósticos contraditórios em relação às diferentes posições sobre a atualidade ou não, a força ou não do narrativismo no campo da teoria da história. Como se pode ver, o próprio título do dossiê propiciava pontos de partida e/ou de chegada dos artigos que responderam à chamada. Encontramos, assim, diferentes diagnósticos sobre o estado atual desse campo e suas diversas respostas-propostas-prescrições diante desses diagnósticos, que classificamos em dois grupos: 1) textos que afirmam que o interesse pelo narrativismo diminuiu ou foi superado e que apresentam novas abordagens (atuais) na teoria da história; e 2) textos a partir dos quais se pode pensar que as principais questões levantadas pela “virada linguística” ainda não foram superadas e que sustentam, explícita ou implicitamente, o poder e a atualidade do narrativismo, apresentando novas maneiras de desenvolver e ampliar suas contribuições para a teoria da história.

Finalmente, o terceiro eixo, também derivado dos anteriores, gira em torno das contribuições que cada texto realiza em função das problemáticas e dos autores específicos que discutem e/ou dos quais tomam ferramentas conceituais para desenvolver suas próprias propostas teóricas e filosóficas em relação a elas. Dada a interconexão e a interdependência deste último eixo em relação aos dois anteriores, a seguir desenvolveremos os três, de forma conjunta, atendendo à classificação dos artigos em dois grupos, resultante da articulação dos dois primeiros eixos. Desta forma, exporemos as propostas apresentadas pelos autores de cada grupo.

No primeiro grupo, encontramos as contribuições de Eugen Zelenák, “Mapping Theory of History after the Linguistic Turn: New Realism and the Epistemic Approach” e de Luiz Henrique Bechtluft Bade e Leandro Couto Carreira Ricon, “Irrealismo e Antirrealismo: a tese da acumulação na filosofia da história contemporânea”.

Zelenák descreve, em sua contribuição, o que considera as características gerais do narrativismo e seus principais autores para a teoria da história, apontando um esgotamento do tema, que, no entanto, deixa espaço para interpretações posteriores. Segundo o autor, as abordagens atuais alternativas à virada linguística e ao narrativismo são, principalmente, as seguintes:

Eelco Runia e Frank Ankersmit refletiram sobre a experiência; Herman Paul centrou-se nas virtudes dos historiadores; Giuseppina D’Oro e Jonas Ahlskog elaboraram uma abordagem que enfatiza a ação humana; Ewa Domańska explorou abordagens



que transcendem a história de orientação humanista; Marek Tamm abordou questões relacionadas à memória; Zoltán Boldiszar Simon e outros analisaram a temporalidade e os desafios do Antropoceno para a história (p.10 - tradução nossa).

Assim, Zelenák argumenta que nomes clássicos nos estudos narrativistas deixaram de refletir sobre o peso da linguagem na construção historiográfica e começaram a investigar as possibilidades de uma historiografia orientada para além do antropocentrismo.

Entre as diversas alternativas que se seguiram à virada linguística na história, o autor opta por se concentrar em duas abordagens que parecem seguir o debate, o “novo realismo” e o que denomina “abordagem epistêmica”: a primeira engloba as contribuições de Branko Mitrović, Tor Egil Følrand e Adam Timmins; e, em relação à segunda, examina duas versões dela: em primeiro lugar, a abordagem da “primazia da evidência na historiografia”, desenvolvida por Aviezer Tucker, que destaca o papel da evidência e da inferência na geração do conhecimento histórico; e, em segundo lugar, analisa autores que defendem uma compreensão não representacionalista do conhecimento histórico, postura que, para o autor, poderia estar ligada à ênfase em práticas específicas, como no caso de Paul A. Roth, ou à ênfase e a natureza argumentativa da história, como no caso de Jouni-Matti Kuukkanen. Para Zelenák, o que ele denomina “não representacionalismo pragmático” se aproxima bastante do que defendem esses dois últimos autores (p. 11).

Bechtluft Bade e Couto Carreira Ricon, seguindo Zelenák, refletem sobre o “antirrealismo” e o “irrealismo” na teoria da história, através do que entendem como suas diferentes respostas à chamada “tese da acumulação”, sustentada pelo realismo, segundo a qual o conhecimento do passado se aproxima mais da realidade à medida que existem mais narrativas sobre ele, cada uma contribuindo para uma faceta da compreensão histórica. Essa tese seria possível graças à noção, segundo os autores, adotada pelo narrativismo (que eles classificam como “antirrealista”) de que é possível uma referência real ao passado. Ao se referir a ele, de alguma forma, as narrativas divergentes acumulariam conhecimento. Por outro lado, a tese “irrealista” defende que as narrativas históricas não têm uma relação ontológica com o passado. Assim, os autores propõem como as narrativas pretendem se conectar com o passado, respondendo de maneira particular a alguns dos problemas levantados pela chamada do dossiê e dialogam com as contribuições de outros autores publicados neste número, como Paul A. Roth e o próprio Zelenák.

O segundo grupo é composto pelo restante dos artigos, sendo assim muito mais extenso e heterogêneo, uma vez que seguem linhas e caminhos muito diversos. É por isso que também podemos dividi-los em dois subgrupos: 1) aquele em que os artigos respondem, explícita ou implicitamente, às perguntas e inquietações levantadas na chamada do dossiê, dando lugar a diversos diagnósticos e



propostas; e 2) aquele em que os artigos, embora não diagnostiquem especificamente o estado do campo, apresentam novas leituras e novas maneiras de desenvolver e ampliar as contribuições do narrativismo para a teoria da história. No entanto, em todos os textos de ambos os subgrupos, pode-se ver, de diferentes maneiras, a continuidade e/ou atualidade de muitas das questões levantadas ou abertas a partir da virada linguística.

Para abrir o primeiro subgrupo, constatamos que tanto Hans Kellner quanto Paul A. Roth vão do presente ao passado em busca de diagnósticos sobre o estado do campo naqueles momentos respectivos, por meio da análise de obras, ensaios e compilações que se constituem marcos incontornáveis, segundo esses autores, para repensar o momento-contexto atual. Para ilustrar o que, assim entendemos, seria seu diagnóstico, Kellner se serve de “uma imagem memorável”, que toma de Kuukkanen (2021), segundo a qual os ensaios sobre teoria histórica de sua compilação recente eram como “o mapa de uma rede de metrô, com paradas em diferentes locais, mas sem um padrão claro. As paradas estão conectadas de várias maneiras com várias estações, mas nenhuma está conectada com todas”. Para o editor, essa imagem implica que “há boas razões para afirmar que nos encontramos em uma situação inédita, sem paradigmas claros, buscando novas formas de avançar, ou talvez, qualquer forma de avançar (Kuukkanen, 2021, p. 4)” (p. 3 - tradução nossa). Kellner concorda com essa “imagem memorável”, apontando “a variedade e a falta de conexões claras entre os modelos de filosofia da história que existem hoje em dia”, prova disso são os próprios ensaios do volume de Kuukkanen que “não oferecem ‘paradigmas claros’”. Mas, ao contrário de Kuukkanen, Kellner se pergunta: “trata-se de uma situação nova? Se o primeiro encontro com a filosofia da história tivesse ocorrido, por exemplo, em meados da década de 1960, o que indicariam as veneráveis antologias nas prateleiras, não exatamente uma amostra aleatória ou exaustiva, certamente, mas representativas dos ‘paradigmas’ de sua época, os anos 1950 (...)?” (p. 3 - tradução nossa). Após uma breve revisão da teoria histórica na década de 1950, Kellner conclui que “os editores que compilaram o melhor trabalho possível consideraram sua diversidade como sua principal qualidade. Portanto, não nos encontramos agora em uma situação nova de forma alguma” (p. 7 - tradução nossa).

Assim, o diagnóstico de Kellner parece se (re)atualizar em nosso dossiê, já que tanto a própria classificação dos artigos em dois grupos opostos quanto a heterogeneidade dos trabalhos do segundo grupo o confirmariam. Nesse sentido, acreditamos que Kellner responde implicitamente às questões interligadas de se há ou não um “após” à “virada linguística” e do sentido desse “depois”: mais do que uma fase-etapa superada, a virada linguística na teoria da história parece ter sido uma dobradiça, uma vez que possibilitou diferentes reflexões e questionamentos estéticos, éticos e epistemológicos sobre os pressupostos teóricos da história como disciplina, que deram origem a problemáticas e inquietações que ainda permanecem latentes, em aberto. Em seu artigo,



é possível ver alguns desses questionamentos através do tema central que aborda, apelando para várias das principais contribuições do narrativismo: as múltiplas possibilidades de futuro que existem no presente - expressas no que ele denomina "sombras laterais (*sideshadows*)", tomando a noção de Gary Morson (1994) -, e que, no entanto, o processo de profissionalização da historiografia transformou em prefigurações-antecipações-presságios (*foreshadows*) e retrospectivas (*backshadows*). Para Kellner, tanto o presente quanto o passado são "sublimes", ou "pós-modernos" - entendendo o "pós-moderno" no sentido original que Jean-François Lyotard (1979) lhe atribuiu -, fascinantes, sem explicação, mas a narrativa histórica os transforma, com sua explicação e processo de "dessublimação", em fatos conhecidos. Estes, na lógica das prefigurações e das retrospectivas, fazem parecer que os agentes históricos não tinham outra opção além daquela que escolheram e que, de uma perspectiva futura, fica evidente que eles deveriam tê-la escolhido. Nesse sentido, tanto a noção de "passado histórico" quanto a de "passado prático", desenvolvidas por Michael Oakeshott e reelaboradas por White, conservam a dessublimação do passado, o que torna o trabalho historiográfico "responsável", digno de ser uma ciência. Kellner propõe assim um terceiro caminho, aquele que atende às sombras laterais, ou seja, que "nem antecipa nem recua desnecessariamente, e que respeita a abertura da experiência vivida às inúmeras possibilidades que imaginamos contidas em qualquer momento" (p. 12 - tradução nossa).

Esse caminho alternativo proposto é o que dá título ao seu texto: "For an Impractical Past". Ao contrário do passado histórico ou prático, o passado impraticável, ao frustrar qualquer certeza de que o passado seja significativo ou inspirador, complica a responsabilidade social ao nos lembrar, se optarmos por considerar sua plausibilidade, que a história pode não nos oferecer nenhum significado que não lhe atribuamos (p. 26 - tradução nossa).

Esse passado é o do sublime histórico e, para Kellner, é relevante para a teoria da história na medida em que

contribui para desfamiliarizar as formas convencionais de pensar sobre o passado (...). Conceber nosso mundo como parte de um vasto, até sublime, conjunto de sombras laterais - possibilidades -, algumas realizadas, mas a maioria não, nos leva a considerar um tipo diferente de responsabilidade e, em segundo lugar, nossa necessidade de humildade (p. 28 - tradução nossa).

Para Kellner, esta humildade implica que possamos perceber as múltiplas possibilidades, os não acontecimentos, as potencialidades não desenvolvidas, as sombras laterais que elas



acarretam, criando múltiplas possibilidades para o desenvolvimento do passado em futuros alternativos, distintos daquele que vivemos. Dessa forma, ele sustenta que “o sublime histórico importa porque questiona nosso desejo de explicar, de banir as sombras e de converter o presente em um fundamento sólido para compreender o passado e vislumbrar o futuro” (p. 28 - tradução nossa). O texto de Kellner é, portanto, também um apelo para repensar as implicações da noção de “responsabilidade” e as possíveis potencialidades de assumir a “irresponsabilidade do sublime”, e para a humildade de não explicar o passado como inevitavelmente “histórico” ou “prático”, para que ele não se torne uniforme, inevitável, único...

No caso de Roth, o próprio título de seu artigo, “Humpty Dumpty Historiography: How Historical Theorizing Missed the Linguistic Turn”, responde explicitamente à questão de se há ou não um “depois” da “virada linguística” que, como Kellner, parece entendê-la como uma “dobradiça”. Com base em sua análise das conexões temáticas existentes entre a antologia de Richard Rorty (1967) e o ensaio de John Toews (1987) sobre a virada linguística, especialmente no que ele denomina um aspecto “metateórico” em suas respectivas discussões, Roth aponta que a preocupação mais fundamental encontrada em ambas as obras reside nos problemas ligados à tentativa de responder à velha questão sobre o status de disciplinas como a história e a filosofia: são arte ou ciência? Para respondê-la, ele sustenta que “é necessário desenvolver uma explicação do que justifica racionalmente um conjunto de afirmações em detrimento de outras” (p. 5 - tradução nossa). Assim, segundo Roth, o problema fundamental que foi e continua sendo o grande desafio colocado pela “virada linguística” é a “questão da justificativa” (p. 15), problema que, ainda hoje, “permanece sem reconhecimento, portanto, sem análise e, em definitivo, sem solução”, e “essa omissão, na prática, desvirtua e trivializa a maior parte da teoria da história” (p. 3 - tradução nossa).

Nesse sentido, é interessante mencionar que, na nota 4, na qual retoma algumas afirmações de Chris Lorenz (1998) sobre as “curiosas maneiras pelas quais o narrativismo e o positivismo se entrelaçam” e discute com outras sobre “a complexa questão de como avaliar as narrativas históricas a partir de uma perspectiva epistêmica”, Roth menciona seus trabalhos anteriores, nos quais podemos encontrar sua posição sobre essa “questão complexa”: “os holistas e antifundacionalistas não reformulados, como eu, consideramos que outros fatores fornecem as principais restrições e bases para a avaliação” (p. 6 - tradução nossa). Por motivos de espaço e objetivos desta apresentação, convidamos os leitores a consultar por si mesmos essas obras. Por outro lado, trouxemos aqui essa importante questão porque dialoga com os diagnósticos e propostas de outros artigos do dossiê, em particular os de Kalle Pihlainen e Verónica Tozzi Thompson. Portanto, retomaremos essa questão mais adiante em nossa abordagem desses textos, os quais, acreditamos, vêm a repensá-la e respondê-la de maneiras divergentes.

Em definitivo, consideramos que o diagnóstico de Roth se cristaliza e pode ser resumido



no que ele denomina “o momento Humpty Dumpty da historiografia”. Por meio dessa figura, ele argumenta que o momento de crise da historiografia

não se deve principalmente ao ceticismo positivista sobre a falta de leis gerais nem ao ataque pós-moderno às grandes narrativas. A ingenuidade em relação às estratégias representacionais realistas ficou para trás. No entanto, isso simplesmente deixa sem resposta, e até mesmo sem reconhecer, o desafio mais geral de esclarecer a forma que legitima as afirmações de conhecimento (p. 7 - tradução nossa).

Roth também analisa os diagnósticos e posições sobre a virada linguística de outros historiadores com formação teórica que analisavam o panorama do campo. Gabrielle Spiegel (1990, 2005), John Zammito (1993) e Judith Surkis (2012), cujos trabalhos são mais recentes, ecoaram e retomaram a principal preocupação de Toews, que Roth sintetiza da seguinte forma:

Sem uma forma de reverter o esmaecimento radical da linha entre fato e teoria, entre experiência e significado, não existe mais do que uma interação de significantes culturalmente carregados de significado - textos e contextos (...). O mundo inteiro se torna uma peça de teatro (p. 11 - tradução nossa).

Roth constata que a visão que oferecem sobre a virada linguística

não apenas destaca a persistência do problema que preocupava Toews et al, mas também a incapacidade, posterior a Toews, de compreender plenamente a importância do problema fundamental que ele enfatizou (p. 11 - tradução nossa).

Assim, à luz da análise das posições desses autores, Roth volta a enfatizar que a questão metateórica levantada pela virada linguística foi ignorada. É então que, para desenvolver e aprofundar seu diagnóstico, Roth redireciona a discussão voltando-se para as contribuições dos escritos de White que, segundo ele, incorporam e exemplificam os dois problemas que a virada linguística pretendia trazer à tona: “primeiro, o questionamento das pretensões de representar uma ou outra realidade; e, segundo, a questão do que valida qualquer afirmação de conhecimento histórico, independentemente do que se pense sobre a representação” (p. 15 - tradução nossa). Com relação a esses dois problemas, Roth sustenta que,

como White bem sabia, independentemente da opinião que se tenha sobre sua teoria inicial dos tropos, rejeitá-la não responde à outra pergunta que White insistiu em formular: o que torna plausível uma narrativa? O peso da história, insistia ele, consistia em grande parte no fato de que sua resposta a essa pergunta se baseava



quase exclusivamente nas habilidades do historiador como criador de narrativas e não em seu suposto sucesso em refletir alguma realidade (p. 15 - tradução nossa).

Para concluir seu diagnóstico, Roth concorda com Carolyn Dean (2019) sobre a falta de atenção por parte dos historiadores profissionais às preocupações levantadas por White - especialmente em relação à forma como o positivismo limitava seu pensamento -, apontando que, "em vez de responder às perguntas levantadas pelos positivistas - por exemplo, se os historiadores apresentariam apenas "esboços explicativos" e, portanto, ficariam aquém, pelo menos nesse ponto, de fornecer o que uma ciência requer -, os historiadores simplesmente concedem adesão ao clube das novas teorias sem deixar claro o que realmente qualifica alguém para tal" (p. 15 - tradução nossa). Diante dessa situação, Roth apresenta sucintamente algumas de suas ideias sobre a questão da justificativa, sustentando que ela "não requer conceber a história como um reflexo do passado, nem, portanto, requer um realismo metafísico sobre o passado, seja ontológico ou conceitual (ver, por exemplo, Kuukkanen, 2015 ou Roth, 2020)" (p. 17 - tradução nossa). Roth conclui que, por mais que os historiadores se recusem a enfrentá-la e discuti-la, essa questão não desapareceu. Por essa razão, para Roth, a historiografia não superou a virada linguística, pelo que continua sendo relevante, uma vez que sua questão principal foi ignorada pelos historiadores.

Como o título também indica, "Toward a postproblematic history: Rethinking the discipline in the wake of the linguistic turn", Pihlainen também apresenta um diagnóstico particular sobre o estado atual do campo, apontando que

o debate teórico em curso sobre a epistemologia dentro da disciplina, (...) apesar de sua importância, parece ter chegado a um impasse improdutivo. Tanto acadêmicos quanto profissionais parecem ansiosos por superar essa discussão aparentemente interminável, mas que, no entanto, continua dominando grande parte do discurso (p. 3 - tradução nossa).

Aqui, poderíamos nos perguntar por que o debate sobre a questão epistemológica é percebido como "improdutivo", "interminável", "irresolúvel" etc., ou, melhor dizendo, o que se entende primeiro por essa questão e por que a discussão sobre ela é qualificada dessa maneira. No entanto, é interessante destacar que o diagnóstico de Pihlainen parece estar em sintonia com o de Roth e a sua caracterização atual da historiografia por meio da figura de "Humpty Dumpty", já que deixa evidente a ausência de acordos firmes em torno do status epistemológico da disciplina, ausência na qual poderíamos situar o que Roth chama de "questão da justificativa" e sua falta de abordagem por parte da historiografia. Mas, ao contrário dele, em vez de tentar dar uma resolução



ou resposta a esse debate, Pihlainen propõe uma mudança radical na maneira de conceber e exercer a disciplina, que se expressa em sua ideia de conceber a história como “pós-problemática”. Essa noção, sustenta o autor, “questiona o modelo tradicional, quase científico, da investigação histórica, que muitas vezes implica formular e resolver ‘problemas’ de uma maneira que lembra as ciências naturais” (p. 3 - tradução nossa).

Claramente, essa noção se contrapõe à noção de “história-problema”, cunhada no âmbito da Escola dos Annales. Nesse sentido, Pihlainen propõe que a história é, ou uma “atividade antiquária, centrada na coleta e preservação de artefatos e informações históricas”, ou uma “atividade política, destinada a moldar o presente e o futuro por meio da construção de narrativas sobre o passado”, ou ambas ao mesmo tempo (p. 3 - tradução nossa). Por isso, para o autor, “o aspecto crucial do debate não reside na epistemologia nem na objetividade em si mesmas, mas em *quem controla a história*” (p. 4 - tradução nossa). Em definitivo, a proposta de Pihlainen eludiria, nos termos de Roth, a “questão da justificação” e, assim, acreditamos, colocaria a disciplina mais próxima do âmbito da arte do que da ciência ou, melhor, de uma determinada maneira de entender esta última. Tudo isso pode ser visto nas implicações explícitas que essa proposta acarreta. Nas palavras do autor:

E se abandonar a história como ferramenta para a resolução de problemas sugere desvinculação, o papel do historiador é mal interpretado. Uma história pós-problemática não é indiferente à ética, mas coloca a responsabilidade no âmbito ético-político, onde ela corresponde, sem tentar devolvê-la à epistemologia; na prática, destaca a natureza construída da história ao mesmo tempo em que se recusa a impor interpretações autorizadas. O papel ético do historiador passa da determinação do significado para garantir que a seleção de materiais resista ao fechamento ideológico (p. 6 - tradução nossa).

Assim, segundo Pihlainen, responder à questão principal sobre *quem controla a história*, implica aceitar que, embora os fatos possam ser estabelecidos e aceitos, é o historiador, com sua ideologia, quem determina o caráter moral de sua narrativa histórica. Portanto, com base em certas contribuições da virada linguística e, especialmente, de autores como White, Robert Rosenstone e Alun Munslow, entre outros, o autor defende a ideia de uma história pós-problemática como mais aberta e plural, o que implica que a disciplina repense a si mesma, “abandonando a forma, bastante burguesa, do romance histórico realista (o modelo da escrita histórica ‘tradicional’, ideologicamente conforme) e buscando um maior impacto por meio de meios literários novos e experimentais” (p. 9 - tradução nossa). Nesse sentido, Pihlainen destaca uma dimensão adicional em sua ênfase nas formas alternativas de representação, como, por exemplo, as promovidas por White - as formas modernistas e experimentais - como modelos de escrita histórica, dada a “maior



experencialidade” que oferecem:

Embora o impacto literário da forma aumente seu poder de persuasão - ajudando os historiadores a “vender” suas ideologias particulares -, o elemento experiencial nessas representações também faz com que a história pareça mais “real”, mitigando assim a perda que poderia advir da compreensão de que a história não é “a própria realidade”. Pelo menos, ela ainda pode ser experimentada de forma muito semelhante. É claro que isso também faz parte da recuperação da autoridade da história; a autoridade epistemológica foi abandonada, mas, em seu lugar, a história agora pode empregar uma autoridade estética experiencialmente atraente (Pihlainen, p. 10 - tradução nossa).

Assim, para Pihlainen, a principal consequência de abandonar o ideal da história como disciplina científica é que os historiadores “seriam livres para escolher e alternar livremente entre o papel de antiquário e o de indivíduo politicamente comprometido eticamente” (p. 15 - tradução nossa). Aqui, poderíamos nos perguntar se essa posição-proposta implica entender que os historiadores, por exemplo, da “história-problema” não estavam comprometidos ética e politicamente em seu trabalho como historiadores, já que se poderia pensar que é justamente a escolha do problema a ser resolvido eminentemente político-ideológico, como parece sugerir White em *Meta-História* (2008). Em resumo, Pihlainen sugere repensar o papel do historiador como curador, compilador ou arquivista, que poderia apresentar os materiais históricos de forma a permitir múltiplas interpretações, em vez de impor uma narrativa única. Para o autor, essa “abordagem curatorial” implicaria “uma participação ativa na forma como os materiais são enquadrados e apresentados”, o que já pode ser visto, por exemplo, na história pública, nos museus e nos arquivos digitais. Assim, os historiadores “poderiam organizar as narrativas históricas de forma a destacar a pluralidade em vez da resolução” (p. 15 - tradução nossa). Mas, aqui também poderíamos nos perguntar se uma das características distintivas da historiografia não é, justamente, apresentar uma diversidade de respostas para as mesmas ou semelhantes perguntas, por meio do uso das mesmas fontes, gerando o que Tozzi (2014) denomina “pluralismo conversacional”.

Apesar dessa observação, para Pihlainen, a recusa em “resolver” o passado que sua proposta implica “pode ser entendida como uma forma de respeitar sua complexidade inerente e resistir à tentação de impor uma falsa sensação de encerramento” (p. 20 - tradução nossa). De certa forma, essa recusa nos lembra a proposta de Kellner de dar espaço ao “passado impraticável”, às “sombras laterais”, ao “sublime”. Finalmente, Pihlainen aponta que os “retornos⁴” a práticas e

4 Esses retornos são: “à ética pós-estruturalista, a uma compreensão renovada da relação da história com seus materiais, ao contrato comunicativo entre historiador e leitor, às ideias existencialistas de liberdade e responsabilidade, e às exigências éticas da alteridade” (p. 21 – tradução nossa).



intuições anteriores que considera necessários para sustentar o tipo de mudança disciplinar que propõe nos oferecem um ponto de partida para repensar a disciplina em um quadro pós-problemático e abrir, assim, novos caminhos de pensamento e prática.

Como mencionado anteriormente, podemos relacionar o diagnóstico e as propostas de Pihlainen com a contribuição de Tozzi Thompson, intitulada “Trust, Testimony, and the Epistemic Value of Historical Narrative”. A autora indica explicitamente que o objetivo de seu artigo “gira em torno da possibilidade de não renunciar a uma avaliação epistêmica das narrativas históricas” (p. 6 - tradução nossa). Assim, sua proposta implica em um convite para não relegar-entregar-perder a dimensão epistemológica dessas narrativas, sobretudo no contexto internacional atual, em que proliferam os desafios epistemológicos, éticos e políticos gerados, entre outros, pelo fenômeno da chamada “pós-verdade”. Outra questão importante que emerge do texto de Tozzi Thompson - que também se relaciona com o artigo de Roth no dossiê e com outro trabalho dele abordado por ela (Roth, 2020) - é pensar de que maneiras essa dimensão geralmente é concebida. Isso também nos ajuda a examinar o impasse no debate sobre ela, ao qual Pihlainen se refere.

Por sua vez, Tozzi Thompson aponta que “os teóricos narrativistas, quase sem exceção, reconheceram e contribuíram para apontar as limitações de uma epistemologia tradicionalmente concebida em termos das ciências naturais” (p. 3 - tradução nossa). Nesse sentido, a autora propõe uma interpretação pessoal do legado de White, sustentando, por um lado, que “suas teses criticam explicitamente o uso, por parte dos historiadores profissionais, de um marco epistemológico obsoleto”; e, por outro, que White,

ao estabelecer critérios para a aceitação ou rejeição de narrativas, emprega um vocabulário semelhante ao da epistemologia recente do testemunho, fazendo referência explícita a conceitos como confiança, autoridade, responsabilidade cognitiva e, implicitamente (ou em um sentido precursor), injustiça epistêmica (p. 4 - tradução nossa).

Dessa forma, a autora propõe um diálogo interessante entre o narrativismo e essa epistemologia:

Promovo uma filosofia narrativista da história que adota o quadro conceitual da epistemologia do testemunho (confiança, autoridade e comunidade epistêmica) para 1) permitir a reconstrução das práticas de validação epistêmica dentro da história disciplinar, e 2) fornecer um quadro adequado para abordar a responsabilidade do historiador em relação às vozes ou perspectivas excluídas das narrativas histórico-acadêmicas ou das histórias sociais dominantes. Por outro lado, defendendo que a epistemologia do testemunho deve dialogar com o narrativismo, para tomar



consciência linguística da complexidade e opacidade das configurações narrativas que constituem a identidade das comunidades epistêmicas (p. 20 - tradução nossa).

Assim, também surge do texto de Tozzi Thompson a necessidade de modificar a concepção convencional de epistemologia, na historiografia, ao responder à pergunta sobre quais deveriam ser os critérios epistemológicos para justificar a escolha de uma narrativa histórica como “melhor” ou “mais adequada” do que outra na representação de um determinado evento do passado. Isso se relaciona com a necessidade de abordar a questão da justificação, apontada por Roth, sem circunscrevê-la exclusivamente a critérios estéticos, morais e/ou ético-políticos. Diante dessa necessidade, Tozzi Thompson desenvolve as contribuições da epistemologia interpessoal do testemunho, especialmente de Benjamin McMyler (2011) e de Steven Shapin (1994) sobre a coprodução da ordem do conhecimento e da ordem social. Seguindo essas linhas de trabalho, a autora sugere que a epistemologia da pesquisa historiográfica deve prestar atenção à constituição de acordos epistêmicos comunitários em torno dos conceitos mencionados acima, bem como às “implicações sociais que seu uso e circulação social podem acarretar” (p. 12 - tradução nossa). Por outro lado, prestar atenção a essas importantes questões também deveria implicar, segundo Tozzi Thompson, refletir sobre o “dever acadêmico de prestar atenção às vozes não acadêmicas ou às perspectivas das vítimas de genocídios, discriminação por raça, gênero ou sexo, regimes totalitários, colonialismo e exploração” (p. 19 - tradução nossa). Nesse sentido, a autora sustenta que, se considerarmos que esse dever é apenas de natureza moral e não epistêmica, estamos privando essas vozes e perspectivas de sua capacidade como “conhecedoras”, cometendo, assim, uma “injustiça epistêmica”, noção que ela toma de Miranda Fricker (2007).

Para colocar em prática todas as suas ideias e propostas, Tozzi Thompson desenvolve um caso específico - o chamado “Massacre de Napalpí”, “uma operação policial realizada para reprimir os povos Qom e Mocoí-Moqoit em 19 de julho de 1924” (p. 16 - tradução nossa) -, que se mostra muito útil para ponderar as diversas e poderosas implicações das propostas teóricas apresentadas ao longo de seu artigo. À luz desse caso, a autora conclui que, quando a historiografia busca produzir narrativas históricas que incorporem perspectivas subalternizadas, ela também deve se comprometer a: “1) estar atenta para evitar figurações narrativas que derrubem o valor epistêmico dessas vozes. 2) expandir a comunidade epistêmica, a rede de confiança e a autoridade”; o que, em última análise, “deveria levar os historiadores a reescrever a narrativa de sua própria comunidade epistêmica” (p. 19 - tradução nossa).

Para começar com o segundo subgrupo do segundo grande conjunto de contribuições para o dossiê, apresentaremos “Beyond the performativity of language. The linguistic turn and social constructivism in *Leviathan and Air-Pump*”, de María de los Ángeles Martini. Quarenta anos após

a publicação do influente livro de Steven Shapin e Simon Schaffer, Martini propõe-se a analisar, em seu artigo, os compromissos filosóficos desses autores com a virada linguística, com o objetivo de explorar as afinidades entre linguagem e materialidade no âmbito de sua obra. Para a autora, *Leviathan and the Air-Pump* estava longe de conceber a performatividade dentro dos limites estreitos da linguagem. Por isso, ela procura precisar em que radicava o esforço e a complexidade conceituais de investigar as práticas científicas por meio das noções wittgensteinianas de “forma de vida” e de “jogo de linguagem” (p. 7 - tradução nossa).

Dessa forma, a autora destaca a relevância que *Leviathan* dá às circunstâncias locais da geração do conhecimento científico, uma vez que se concentra no cotidiano e no mundano da prática científica, investigando assim “o pequeno, o íntimo, o pessoal, o encarnado e o emocionalmente texturizado e, frequentemente, nos domínios do familiar e do cara a cara” (p. 4 - tradução nossa). Assim, sustenta Martini, para os autores de *Leviathan*, “a criação de conhecimento científico é um trabalho, uma performance de um coletivo e, como tal, implica uma dimensão material. Não há práticas de conhecimento sem corpos, materiais, instrumentos, instituições e lugares” (p. 7 - tradução nossa). É interessante notar que essas características de *Leviathan* recuperadas pela autora podem ser relacionadas ao que Tozzi Thompson, em sua contribuição ao dossiê, propõe sobre a importância do papel das comunidades epistêmicas na construção do conhecimento histórico, o que ela demonstrou em seu estudo do caso do “Massacre de Napalpí”. Dessa forma, para Martini, o compromisso do trabalho historiográfico de Shapin e Schaffer com as teses construtivistas do *Programa forte*,

implicou o reconhecimento do caráter artefatorial e convencional não apenas da ciência, mas do próprio conhecimento histórico. Isso levou à compreensão da ciência em sua especificidade situada e, ao mesmo tempo, significou uma ruptura com as tradições historiográficas que a essencializavam, compreendiam as ideias científicas isoladas de seu contexto de uso, atribuíam a essas ideias uma agência intrínseca e celebravam e defendiam o passado da ciência como um presságio do presente. Fazer histórias do conhecimento científico, do método científico ou da verdade é contar histórias sobre um conjunto de práticas incorporadas (p. 9 - tradução nossa).

Todas essas ideias sobre como conceber a ciência, o conhecimento científico e suas práticas também podem ser relacionadas com as contribuições do artigo de Tozzi Thompson que mencionamos: se entendermos assim a construção do conhecimento histórico, então poderemos ter um critério mais consciente para nossas escolhas das narrativas históricas que consideramos melhores ou mais adequadas. Por outro lado, Martini aponta que destacar a prioridade da prática nos leva inevitavelmente à “corporalidade do conhecimento científico”. Por isso, em seu artigo, ela



também examina - na história de Shapin e de Schaffer sobre a filosofia experimental do século XVII - o valor que assumem os corpos dos cientistas. Por um lado, focando “nas ligações que unem o corpo à geração de conhecimento para tornar visível como a dinâmica do finitismo entra em jogo”; e, por outro, tornando evidente “a maneira como os corpos dos cientistas se constituem juntamente com uma nova ordem social e uma nova ordem de conhecimento através do processo de delimitação de um jogo de linguagem e sua consequente forma de vida” (p. 16 - tradução nossa). Assim, Martini sustenta que “a materialidade dos corpos dos filósofos, objetos, instrumentos e dispositivos, práticas de linguagem, práticas de conhecer, práticas de experimentar e questões de fato se (re)constroem uns com os outros” (p. 22 - tradução nossa). Seria interessante pensar, então, essas últimas ideias em relação a como se constrói o conhecimento histórico, em particular. Ou seja, pensar como se constitui o corpo do historiador em uma instituição social e de que modo a materialidade de seu corpo intervém na geração e na justificação do conhecimento histórico.

Em suma, a autora nos sugere uma releitura de uma tensão de longa data que tem sido atribuída a certas leituras simplificadoras ou, melhor dizendo, simplistas, da virada linguística, aquela entre linguagem e materialidade. Através de sua análise exaustiva da narrativa histórica de *Leviathan*, Martini sustenta que essa tensão entre linguagem e materialidade não foi abordada como uma dicotomia, nem se buscou uma resposta reducionista, mas

como parte da virada linguística, colocou-se o foco na primazia da prática e, a partir daí, refletiu-se sobre a ciência como construção social, ou seja, uma instituição social que se rege pela lógica do finitismo (p. 23 - tradução nossa).

Mas, ainda mais importante em relação às questões aqui tratadas, é a conclusão a que Martini chega, apontando que Shapin e Schaffer consideraram que “não apenas a ciência é criada por meio de uma dinâmica finitista, mas também a escrita e a reescrita do passado” e que, “se aceitarmos o finitismo, também podemos considerar o conhecimento do passado como uma instituição social informada por práticas autorreferenciais” (p. 23 - tradução nossa).

Em “Koselleck, Danto and Total History”, Ralph Shain aborda o conceito de “história total” no ensaio de Reinhart Koselleck, *História social e história conceitual* (2002), e em *Narration And Knowledge*, de Arthur Danto (1985). Para começar, Shain esclarece que, embora esse conceito possa parecer ter um papel muito secundário nas teorias gerais de Koselleck e Danto, abordá-lo nos levará a questões importantes, como o(s) objetivo(s) do discurso histórico. Da mesma forma, o autor sustenta que esse conceito pode ser considerado “incoerente”, como “uma confusão filosófica”, e argumenta, a partir de uma perspectiva wittgensteiniana, que se trata de um “pseudoconceito”. Para desenvolver essas ideias, o autor realiza, primeiro, uma análise do termo “giro linguístico”, abordando autores como Ankersmit e Roth e suas diversas ligações com a filosofia wittgensteiniana.



Em seguida, ele trabalha com as obras de Koselleck e Danto mencionadas e, a partir de seu estudo, sustenta que nenhum desses autores aprofunda suficientemente esse giro. No caso de Koselleck, por exemplo, ele aponta que seu tratamento da história como uma “totalidade incompleta” mostra que esse autor conserva “certo senso de unidade da história” (p. 9 - tradução nossa). No caso de Danto, ele também analisa a “história total” em *Narration And Knowledge*, mas, para Shain, há uma diferença terminológica entre ele e Koselleck: Danto limita o uso do termo “história total” à filosofia especulativa da história e usa o termo “passado total” para se referir a todos os fatos passados, que é o que Koselleck costuma entender por “história total”. Segundo Shain, “essa distinção pouco importa, não só por ser meramente terminológica, mas também porque Danto aplica o mesmo argumento sobre a impossibilidade de alcançar uma história total à obtenção de uma história do passado total” (p. 10 - tradução nossa).

O autor destaca duas questões interessantes para os temas tratados neste dossiê. Por um lado, ele aponta que o trabalho de Danto sobre a história converge com o de Koselleck em sua preocupação com a retroatividade ao fazer história. Ele também esclarece que, embora a obra de Danto em geral não seja produto da virada linguística, sua filosofia da história pode ser considerada influenciada por ela devido à proeminência e centralidade de seu conceito de “sentenças narrativas”. Outra questão interessante que podemos encontrar no texto de Shain é uma concepção da história como disciplina e do discurso histórico que é muito semelhante ao que Pihlainen, em seu texto, propõe abandonar: a história-problema, ou seja, a história entendida como uma disciplina-discurso que tem como principal finalidade-característica responder a determinadas perguntas que Shain sintetiza em seis tipos: a) O que aconteceu? b) Por que aconteceu? c) O que aconteceu que foi significativo (ou o que é significativo do que aconteceu)? d) O que poderia ou poderia ter acontecido? e) O que alguém deveria ter feito? f) Como foi? Em suma, para Shain, responder a uma pergunta de qualquer um desses tipos é história e cada uma delas é condição suficiente para o discurso histórico. Mas, o mais importante, conclui ele, é que “devemos separar o que é considerado história do que é considerado história boa, importante ou ambiciosa” (p. 18 - tradução nossa).

Por sua vez, Ulisses do Valle analisa, em “Narrativa y metáfora como instrumentos cognitivos: la obra de Ortega y Gasset y el giro lingüístico en la teoría de la historia”, como algumas questões da virada linguística foram levantadas anteriormente pelo filósofo espanhol José Ortega y Gasset. Na introdução de seu artigo, ele aborda os principais autores dessa virada, revisando e historicizando suas contribuições mais relevantes. Nesse sentido, pode-se ver que a visão do autor coincide com a de Louis Mink, para quem a narrativa é um elemento cognitivo da história, em vez de um impedimento ao conhecimento histórico. Segundo do Valle, Ortega y Gasset aborda essa perspectiva, mas cronologicamente vem antes, por meio de uma hermenêutica pós-neokantiana que apela para a ontologia, mais do que para a epistemologia, a fim de caracterizar a realidade



histórica: para o espanhol, o passado histórico não consistiria em uma realidade caótica, mas em um gerador de significado para o historiador que o estuda. A vida humana seria um drama, mais do que uma coisa. Para compreendê-la, é necessário narrá-la. Assim, para o autor, a narrativa ocupa um papel de destaque na filosofia de Ortega y Gasset, propiciando um diálogo entre sua ontologia e a filosofia narrativista da história, embora suas premissas sejam diferentes.

Aitor Manuel Bolaños de Miguel, em “Las fronteras visuales del giro lingüístico: efectos de presencia y efectos de sentido en el cine histórico”, defende a relevância histórica do cinema como legítimo gerador de conhecimento histórico, baseando-se especialmente em White, Rosenstone e Hans Ulrich Gumbrecht, entre outros autores. Desta forma, podemos relacionar as propostas de Bolaños de Miguel com algumas das implicações da proposta de Pihlainen em torno de sua noção de “história pós-problemática”, em particular, aquela que implica incorporar novos meios e formas de pensar e fazer história. Nesse sentido, para Bolaños de Miguel, a virada linguística afirma o caráter ficcional-construído de toda narrativa histórica, pelo que o cinema histórico também seria uma forma válida de narrativa. Tanto a escrita quanto a representação visual incorporam elementos construtivistas para criar um efeito de realidade sobre o passado. Segundo o autor, ambas as formas podem ser afetadas por ideologias, distorções e interesses que se afastam da verdade histórica, mas, ao mesmo tempo, tanto o cinema histórico quanto as monografias históricas apresentam a fase de estudo e estabelecimento dos fatos, bem como a fase de representação. Sem dúvida, destaca o autor, o cinema, em nossa época, é mais responsável por criar consciência histórica do passado do que o trabalho puramente historiográfico. Os filmes sobre a realidade histórica, com seus “efeitos de presença” - além do que a linguagem e o significado podem transmitir -, criam no espectador a sensação da presença do passado, ao mesmo tempo em que contribuem para o conhecimento de um determinado período histórico. Por tudo isso, Bolaños de Miguel conclui que a legitimidade do cinema histórico pode ser comparável à da historiografia, devido ao ato historiográfico que engloba. Não haveria, assim, um passado externo ao qual se referir que uma monografia pudesse representar melhor do que outros tipos de representação. A representação visual também é capaz de selecionar fontes e criar uma narrativa histórica válida.

Algumas possíveis conclusões

À luz da leitura interconectada dos diversos textos, surgiu-nos a questão sobre o que determinaria o fim (ou o início) de uma “fase” ou “etapa” da teoria da história. Nesse sentido, descobrimos que uma razão para pensar que a virada linguística não foi “superada” é que ainda há discussões sobre as relações entre linguagem e realidade. Além disso, essa virada não parece ter passado ou terminado, na medida em que se continua a tematizar, por exemplo, se White era



“antirrealista” ou não, entre outras questões. Como veremos nos artigos do dossiê, essa discussão não está encerrada, pois há autores que classificam White como “antirrealista” e outros que não. O mesmo acontece com o narrativismo: não há consenso sobre o que é o narrativismo, o que implica o narrativismo, nem quem são os narrativistas. Por outro lado, os diagnósticos do segundo grupo de contribuições também nos permitem ver que, desde o surgimento da virada linguística na teoria da história, um problema central - tanto naquela época quanto atualmente - parece continuar sendo qual é o critério para escolher uma narrativa histórica sobre um determinado evento do passado em detrimento de outra. Fica evidente, assim, a importância de historicizar as discussões metateóricas que nos preocupam hoje em dia, para não acreditarmos que começamos do zero cada vez que fazemos determinado tipo de perguntas, o que também nos ajudaria a ponderar, de forma mais humilde e honesta, nossas próprias contribuições atuais para o futuro e o desenvolvimento do campo. Assim, também podemos ver que o narrativismo parece ter ainda muito a percorrer e a oferecer, se levarmos em consideração as observações e as propostas feitas neste dossiê. Contudo, a partir dessas observações e propostas, os narrativistas poderiam trilhar caminhos distintos, que, em todo caso, podem estar interligados.

Finalmente, portanto o que foi exposto, esperamos que este dossiê contribua para atualizar os diagnósticos, esclarecer dúvidas sobre as grandes posições que disputam os sentidos dos principais conceitos que atravessam a disciplina histórica, responder a certas questões; e que também sirva para que nós, que participamos ativamente para dar vida ao campo da teoria da história, possamos repensar as nossas próprias posições, sem descartar *a priori* aquilo que entendemos ou concebemos como contrário às nossas ideias e conceituações. Especialmente, seria um objetivo geral e uma conquista superlativa avançar na dissolução dessa linha divisória entre “historiadores” e “teóricos”, parafraseando Pihlainen, que tanto tem impedido o desenvolvimento de reflexões mais profundas e sinceras sobre por que e para quem escrevemos história...

Referências

- ANKERSMIT, Frank. **Meaning, truth and reference in historical representation**. Leuven, Belgium: Leuven University Press, 2012.
- DANTO, Arthur C. **Narration and Knowledge**. [S. l.]: Columbia University Press, 2007.
- DRAY, William H. On the Nature and Role of Narrative in Historiography. **History and Theory**, [s. l.], v. 10, n. 2, p. 153, 1971. Disponível em: Acesso em: 9 dez. 2019.
- HEMPEL, Carl G. The Function of General Laws in History. **The Journal of Philosophy**, [s. l.], v. 39, n. 2, p. 35, 1942.
- KERMODE, Frank. **The Sense of an Ending**. [S. l.]: Oxford University Press, 2000.
- KUKKANEN, Jouni-Matti (org.). **Philosophy of History: Twenty-First-Century Perspectives**. London: Bloomsbury, 2021.
- RICOEUR, Paul. **Tempo E Narrativa: a Intriga E a Narrativa Histórica**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.



- ROTH, Paul A. **The Philosophical Structure of Historical Explanation**. Evanston: Northwestern University Press, 2020.
- SHAPIN, Steven; SCHAFFER, Simon. **Leviathan and the Air-Pump: Hobbes, Boyle, and the Experimental Life**. Princeton: Princeton University Press, 2011.
- SPIEGEL, Gabrielle M. History, Historicism, and the Social Logic of the Text in the Middle Ages. **Speculum**, [s. l.], v. 65, n. 1, p. 59-86, 1990.
- SPIEGEL, Gabrielle M. Introduction. In: **Practicing History: New Directions In Historical Writing After The Linguistic Turn**. New York: Routledge, 2025. p. 1-31.
- SURKIS, Judith. When Was the Linguistic Turn? A Genealogy. **The American Historical Review**, [s. l.], v. 117, n. 3, p. 700-722, 2012. Disponível em: Acesso em: 7 jun. 2021.
- TOZZI THOMPSON, Verónica. **Narrativism**. In: **Routledge Companion to Historical Theory**. S.L.: Routledge, 2021.
- TOZZI, Verónica. Hayden White and Conversational Pluralism. **Storia della storiografia**, [s. l.], v. 65, p. 171-182, 2014.
- TOZZI, Verónica. **La historia según la nueva filosofía de la historia**. [S. l.]: Prometeo, 2009.
- WHITE, Hayden. Como eu não escrevi Meta-História. In: **Do passado histórico ao passado prático: 40 anos de Meta-história**. Vitória: Milfontes, 2017.
- WHITE, Hayden. **Ficción Histórica, Historia Ficcional y Realidad Histórica**. Buenos Aires: Prometeo, 2010.
- WHITE, Hayden. **Meta-história: a imaginação histórica do século XIX**. São Paulo (Sp): Edusp, 2008.
- WHITE, Hayden. The Burden of History. In: **Tropics of Discourse: Essays in Cultural Criticism**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1978.
- WHITE, Hayden. **The practical past**. Evanston, Illinois: Northwestern University Press, 2014.
- ZAMMITO, John. Post-Positivist Realism: Regrounding Representation. In: **The Sage Handbook of Historical Theory**. Los Angeles: Sage, 2013. p. 401-423.

Informações Adicionais

Biografia profissional:

Gilda Bevilacqua é Doutora em História pela Universidade de Buenos Aires (UBA). Atualmente, é bolsista de pós-doutorado do Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET) e professora assistente no Departamento de História (Faculdade de Filosofia e Letras, UBA). É membro do projeto de pesquisa "Metahistórias" em Novas Filosofias da História, dirigido pela Dra. Verónica Tozzi Thompson. É coeditora do livro *Los espectadores del pasado. Cómo el cine piensa la historia* (Ediciones Inubicalistas, 2025), com o Dr. Pablo Aravena Núñez, e publicou artigos e resenhas sobre seus temas de pesquisa: cinema e história na representação de genocídios, e teoria e filosofia da história.

Fernando Gomes Garcia é doutorando em História pela UFRGS e cumpriu estágio sanduíche na City College of New York. Também mestre em História pela UFRGS, cuja dissertação foi honrada com o prêmio da SBTHH. Atua nas áreas de Teoria da História, com ênfase em narrativismo, representação, temporalidade; e na área de História Contemporânea, com ênfase na construção da memória comparada de genocídios.

Sabrina Costa Braga realiza pesquisa de pós-doutorado na UNICAMP com financiamento da FAPESP. Foi pesquisadora de pós-doutorado no Leibniz-Zentrum für Literatur- und Kulturforschung (ZfL) com financiamento da Deutsche Forschungsgemeinschaft (DFG) no âmbito do programa Walter Benjamin. Foi professora Substituta na Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás. Doutora em História pela Universidade Federal de Goiás (UFG) com período sanduíche na Freie Universität Berlin. Atualmente trabalha com temas relacionados à memória, testemunho, relações entre história e psicanálise e história e literatura, e estudos do genocídio. Possui experiência na área de História com ênfase em Teoria e Metodologia da História e História Contemporânea.



Endereço para correspondência:

Instituto de Filosofia "Dr. Alejandro Korn", José Bonifácio 1339, 8º andar, C1406GXE C1406GXA, Cidade Autónoma de Buenos Aires, Argentina.

Financiamento:

Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET); Deutsche Forschungsgemeinschaft (DFG) - Projektnummer: 551538407; Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), Processo nº 2024/16821-8.

Contribuição de autoria:

Análise formal: BEVILACQUA, Gilda; GARCIA, Fernando; COSTA BRAGA, Sabrina
Conceituação: BEVILACQUA, Gilda; GARCIA, Fernando; COSTA BRAGA, Sabrina
Curadoria de dados: BEVILACQUA, Gilda; GARCIA, Fernando; COSTA BRAGA, Sabrina
Escrita - Primeira Redação: BEVILACQUA, Gilda; GARCIA, Fernando; COSTA BRAGA, Sabrina
Escrita - Revisão e Edição: BEVILACQUA, Gilda; GARCIA, Fernando; COSTA BRAGA, Sabrina
Investigação: BEVILACQUA, Gilda; GARCIA, Fernando; COSTA BRAGA, Sabrina

Conflito de interesse:

Nenhum conflito de interesse foi declarado

Aprovação no comitê de ética:

Não se aplica.

Modalidade de avaliação:

Não se aplica.

Preprint

O artigo não é um preprint.

Disponibilidade de dados de pesquisa e outros materiais

Não se aplica.

Editores responsáveis

Rebeca Gontijo - Editora-chefe

Direitos autorais

Copyright © 2025 Gilda Bevilacqua; Fernando Gomes Garcia; Sabrina Costa Braga

Histórico de avaliação

Data de submissão: 12/12/2025
Data de modificação: 30/12/2025
Data de aprovação: 30/12/2025



Licença

Este é um artigo distribuído em Acesso Aberto sob os termos da [Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](#).

